AS NORMATIVAS DA IMPRENSA PERIÓDICA EM MEADOS DO SÉCULO XIX: DIÁLOGOS ENTRE MINAS GERAIS E PERNAMBUCO NA REGULAMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E COSTUMES DAS “HORAS VAGAS” [[1]](#footnote-1)

*Igor Maciel da Silva*

Universidade do Estado de Minas Gerais

E-mail: deigorparalaboratorios@gmail.com

*Sarah Teixeira Soutto Mayor*

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: sarahtsouttomayor@hotmail

RESUMO

*Objetivamos apresentar neste trabalho considerações acercada importância da imprensa periódica como reguladora do tempo na vida citadina no período imperial brasileiro, especialmente, dos costumes praticados nos momentos considerados “não-produtivos”, relacionados a variadas formas de descanso e divertimento. Para tanto, analisamos o periódico mineiro O Universal e crônicas produzidas pelo padre pernambuco Miguel do Sacramento Lopes Gama, compiladas no livro O Carapuceiro. Foi possível perceber, nos dois impressos, uma grande preocupação com a regulamentação da prática do jogo e dos festejos populares, bem como, uma urgência em se reformar costumes que se relacionavam à ociosidade e à vadiagem, potenciais inimigas do ideário do trabalho.*

*PALAVRAS-CHAVE: Jornais; Tempo; Trabalho.*

INTRODUÇÃO

 No campo de estudos do lazer ainda são incipientes as iniciativas acadêmicas que tematizam o século XIX no estado de Minas Gerais. As poucas pesquisas historiográficas realizadas priorizam os anos finais dos Oitoscentos e o transcurso do século XX, conferindo especial importância à criação da nova capital mineira, Belo Horizonte, em consonância com um ideário de modernidade europeia que se preconizava naquele momento.

Em algumas abordagens, a antiga capital, Ouro Preto, quando lembrada, foi retratada como a antiquada cidade que perdera sua centralidade por não se adequar aos novos preceitos. Entretanto, o que pouco se problematiza é que a urgência pela modernidade não emerge somente em fins do século XIX, com a abolição da escravidão ou com a proclamação da república (dentre outros fatores), como alguns trabalhos deixam a entender. O discurso de uma modernidade intangível já se fazia presente na cidade de Ouro Preto no século XVIII, como demonstrou Rosa (2005). E no momento posterior à proclamação da independência do país, em 1822, estadistas, intelectuais e periodistas se ocuparam, arduamente, em defender uma ampla reforma dos costumes do povo mineiro.

O momento pós-independência é reconhecidamente um período em que as influências da imprensa se fizeram bastantes presentes no Brasil como importante instrumento de educação e de civilização da população. A partir dessa constatação, elegemos analisar os discursos produzidos e veiculados pelos impressos, em suas tentativas de reformar o homem colonial, fomentadas pelo desejo de equiparar a nova nação aos modelos europeus. No rol de novas preocupações, o tempo considerado “vago” e não produtivo, bem como os costumes praticados nele, receberam suas prescrições, em um processo mais ampliado de educação dos corpos.

As páginas do jornal *O Universal*, periódico publicado entre os anos de 1825 a 1842, na cidade de Ouro Preto, continham as mais variadas normatizações acerca da vida citadina. Em vários momentos, percebemos a publicação de textos produzidos em outras províncias, normalmente, quando o editor do jornal buscava respaldo em sua escrita. Muitos dos padrões defendidos por ele, relacionados à reforma da educação e dos costumes do povo brasileiro, eram também temas abordados por outros editores e colunistas país afora.

Por meio desse reconhecimento é que nos deparamos com o periódico *O Carapuceiro*, publicado entre os anos de 1832 e 1842, citado em edições do jornal *O Universal*. Com sede em Recife, dirigido e editado pelo político e religioso Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, o impresso possuía o explícito objetivo de colaborar com a correção dos vícios do país, propondo-se uma revolução moral das práticas cotidianas. Vale ressaltar que uma grande variedade de crônicas escritas pelo padre no periódico em questão foi publicada, posteriormente, em livro homônimo, material privilegiado nas análises deste trabalho.

Assim, intentamos produzir uma análise sobre as ideias contidas nos dois periódicos, para tecer aproximações entre os contextos mineiro e pernambucano, no período imperial brasileiro. Em especial, destacamos as preocupações com as “horas vagas”, designação presente no jornal *O Universal* para conceituar o tempo excedente do trabalho, da escola e de outras obrigações. Optamos em utilizar um dos termos presentes à época, por julgarmos essencial na aproximação dos significados que se processaram. O referido termo se aproxima do que, atualmente, designa-se como tempo livre, todavia, vale ressaltar que o momento estudado é bastante singular e abarca complexidades que fogem das atuais conceituações construídas no campo de estudos do lazer, pois não havia legislação trabalhista e a economia ainda era mantida, em grande escala, pelo trabalho escravo. Por esta razão, optamos em não utilizar conceitos prévios, por entendermos que o momento estudado ainda carece de mais pesquisas que sejam capazes de caracterizá-lo melhor.

A NORMATIZAÇÃO DA VIDA CITADINA: A IMPRENSA BRASILEIRA E OS JORNAIS “O UNIVERSAL” (1825-1842) E “O CARAPUCEIRO’ (1832-1842)”

Torna-se importante não perder de vista o contexto de proliferação de diversos impressos no país. O Brasil entrara no século XIX com um grande contingente de analfabetos, entre escravos, mestiços, índios e homens pobres livres, característica que comprometia as “iniciativas em prol de um desenvolvimento social maior e melhorado” (MIZUTA; FARIA FILHO; PERIOTTO, 2010, p.10). Além disso, eram pouco aptos para o trabalho regular disciplinado, como relata Kowarick (1994). De acordo com Silveira (1997, p.53), embora já houvesse um apelo ao refinamento dos costumes em períodos anteriores, “a estrutura do Império assistia à proliferação de práticas e ideias aparentemente pouco civilizadas” (SILVEIRA, 1997, p.17).

Em meio ao reconhecimento das “deficiências” do Império, a instrução pública e a imprensa surgiram como importantes instâncias educativas. Como observam Faria Filho e Sales (2009, p.22), “foi no período pós-independência que o processo de escolarização foi grandemente impulsionado”. Os autores apontam a emergência de discursos proferidos pelos bacharéis, a fim de fundar “uma nova tradição, no momento mesmo em que pretendiam fundar o Brasil e propor o caminho único para ordem, o progresso e a civilização: a educação do povo” (FARIA FILHO e SALES, 2009, p.26). Porém, como aponta Mizuta (2010), os estabelecimentos de ensino não foram criados em profusão na primeira metade dos oitocentos e o próprio reconhecimento da defasagem da proposta de escolarização, ainda pouco fundamentada e de insuficiente abrangência, depositou na imprensa uma grande possibilidade de educação do povo.

Segundo Lustosa (2000, p.29), os jornais não apenas noticiavam, mas “produziam acontecimentos”. Para Pallares-Burke (1998, p.147) o jornalismo desta época foi constantemente referido “como meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas”. A autora entende a imprensa cultural periódica como uma modalidade de educação de grande importância “na transmissão cultural de uma geração à outra (...)” (PALLARES-BURKE, 1998, p.144-145).

Produzido em Ouro Preto, entre os anos de 1825 e 1842, o jornal *O Universal* foi escolhido para esta pesquisa por ser considerado um dos principais periódicos em circulação na província mineira na primeira metade do século XIX. Diante do conjunto de práticas educativas pensadas e colocadas em ação, destacava-se a grande preocupação com a criação de cidadãos afeitos ao trabalho sistemático, capazes de impulsionar o sistema produtivo do país e fomentar uma nova mentalidade, avessa à ociosidade, à vagabundagem e à vadiagem, os grandes inimigos do desenvolvimento que se almejava para a nação. Neste contexto, o tempo desocupado de ações “úteis” era amplamente condenado, sobretudo em se tratando das parcelas mais pobres da sociedade.

Embora publicado em Ouro Preto, *O Universal* parecia refletir um desejo comum das elites nacionais em criar um novo país. Indícios destes diálogos são demonstrados nas próprias páginas do periódico, que procuravam, com bastante frequência, noticiar acontecimentos e ações de outras províncias em prol das transformações almejadas. Nele, é possível perceber uma forte ênfase às questões políticas, o que pode ser considerado reflexo do próprio momento vivido pelo Brasil. Neste caso, destacava-se o processo de independência e criticava-se, fortemente, o absolutismo monárquico. Enaltecia-se, recorrentemente, a Constituição e a figura do Imperador.

Também era possível perceber um forte apelo ao jornal como instrumento de educação do povo, bem como, o incentivo à vulgarização da escolarização como forma de fomentar o ideal do trabalho e instaurar costumes mais afeitos à ilustração europeia. Cabe destacar, também, a forte recorrência à religião como base moral da sociedade mineira.

Já em Recife, nascia o periódico *O Carapuceiro*, no ano de 1832. De circulação intermitente durante dez anos, foi produto de um Brasil em que acabara de ser instaurado o período Regencial. Foi dirigido e editado pelo político e religioso Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que acreditava em uma religião ungida pela “fé católica apostólica romana” (Lopes Gama, 1996, p.141 [1834])[[2]](#footnote-2). Sua escrita revela heranças “da veia satírica da literatura clássica francesa, trazendo também o velho objetivo costumbrista[[3]](#footnote-3) espanhol *corrigit ridendo mores*” (moralizar os costumes pelo humorismo) (O CARAPUCEIRO, 1996, p.9).

Através de suas crônicas, Lopes Gama objetivava “corrigir os vícios do país”. O tom risível das críticas que fez perpassa desde a “nossa velha mania de macaquear o estrangeiro” até as assíduas “contribuições” à vida citadina no geral; das práticas cotidianas às ocupações que deveriam ser reformadas por “revoluções morais” (O CARAPUCEIRO, 1996, p.9; pp.11-16). Segundo palavras do próprio padre, *O* *Carapuceiro* prosseguia sua tarefa de “combater por meio do estilo faceto os vícios ridículos” (LOPES GAMA, 1996, p. 246, [1838]).

O JORNAL *O UNIVERSAL* E A MISSÃO DE SALVAR O POVO DO CONTÁGIO DOS VÍCIOS E DOS PERIGOS DA OCIOSIDADE

Diante de um crescente contexto de valorização do trabalho e da produção como forma de fomentar o desenvolvimento do país e consolidar uma nação nos moldes europeus, o tempo considerado não produtivo foi alvo de diversas críticas e intervenções, traduzidas, principalmente, no combate aos vícios e à ociosidade. A “inutilidade” foi amplamente contestada, o simples “não fazer nada” das camadas menos abastadas poderia constituir-se em crime, com severas penas àqueles que fossem encontrados nas ruas sem uma “ocupação digna”. Também outras esferas do tempo de não trabalho recebiam as mais diversas tentativas de normatização, a fim de erradicar o que se considerava a barbárie do povo.

O ensino das primeiras letras, segundo o jornal *O Universal,* teria grandes vantagens em todas as ocupações da vida, ao produzir “hum cidadão util, obediente e morigerado” (O UNIVERSAL, 1825, n.1, p.2). No entanto, o incentivo a “huma boa educação elementar” não deveria tirar das classes trabalhadoras o tempo “que he necessário que empreguem nos diferentes ramos de suas respectivas occupações” (O UNIVERSAL, 1825, n.1, p.4). O povo, de acordo com a publicação em questão, teria o direito de “reclamar aquella parte de instrução que he compativel com o resto de suas occupações” (O UNIVERSAL, 1825, n.1, p.3).

A distinção das ocupações e das possibilidades educacionais entre diferentes parcelas da população é bem expressa no seguinte exemplo: O Universal, em uma de suas edições, noticiou a abertura da “Aula de Filosofia Racional e Moral por uma Sociedade Filantrópica, em prol da juventude mineira”, ministrada por um padre de nome Bhering (O UNIVERSAL, 1830, n.389, p.1). O momento foi assim veiculado:

Com igual contentamento observamos que os disvellos deste nosso Patricio pelo bem Publico forão retribuídos pelo manifesto jubilo, salpicando nos semblantes dos distinctos Cidadãos que espontaneamente concorrerão à caza de residencia do Sr. Bhering (*idem*).

Um dos objetivos da entidade era “mostrar com evidencia as vantagens da Sciencia” e recomendar “a constante aplicação aos seus trabalhos e à prática de virtudes, que só podem fazer a felicidade do homem social” (*ibidem*). Percebe-se, na conformação da notícia, que as aulas não se direcionavam a quaisquer jovens, sobretudo pela utilização do termo “distinctos cidadãos” e pela informação de que as instruções ocorreriam na própria casa do Reverendo. Esta, de fato, não parecia ser a classe trabalhadora citada nas edições anteriores. Assim, é possível inferir que a vulgarização da instrução pública não pressupunha uma igualdade nas relações e muito menos acesso pleno à compreensão dos princípios difundidos.

No entanto, havia preocupações que pareciam comuns: a necessidade de se fomentar certa representação de ilustração europeia, mesmo com diferenciações entre os segmentos sociais, e de se formar cidadãos úteis à Pátria:

Muito interessante nos parece esta noticia, e capaz de satisfazer os verdadeiros Patriotas. De qualquer maneira, que se encare este estabelecimento, aprezenta uma fonte de benefícios á Mocidade Mineira, que dirigida por um ilustrado Mestre, colherão de suas lições conhecimentos, e luzes bastantes, para que possão triunfar da superstição e ignorancia, que são as principaes cauzas das desgraças humanas (...). Praza o ceo, que assim aconteça, e que a talentosa Juventude Mineira estabelecida nas Sciencias forme um Corpo de Cidadãos estimaveis, e uteis a nossa adorada Patria (O UNIVERSAL, 1830, n. 389, p.2).

Em outra edição do jornal, expunham-se, claramente, as preocupações com a inutilidade dos pobres, ao se defender o modelo de ensino inglês como melhor opção para o Brasil, citando-se os problemas ocorridos naquele país, solucionados pela criação de escolas para os distritos menores. Estas, “occupando utilmente o tempo destes meninos pobres, não somente lhes dá a instrucção em ler, escrever e contar [...], mas impede que elles se habituem à ociosidade” (O UNIVERSAL, 1825, n.3, p.4). Em outro trecho, defendia-se que o sistema de escolas “para os pobres” poderia salvar do “contágio dos vícios e dos perigos da ociosidade” (*idem*).

A ampla necessidade de ocupar os indivíduos desde a infância com atividades consideradas úteis, demonstra, também, a grande preocupação com o tempo livre naquele período. Em relação às crianças, citam-se as “horas vagas” como aquelas que restam da escola, momento em que os pais já teriam voltado de seus empregos e poderiam “ter seus filhos debaixo de seus olhos”. Fora da escola, teriam a perigosa “opportunidade de associar pelas ruas, com quem lhes deprave os costumes [...]” (*ibidem*).

Neste caso, a escola, as sociedades de instrução independentes, como a do Reverendo Bhering, e o trabalho compunham as atividades úteis, enquanto o tempo livre de ocupações representava a inutilidade e o perigo, determinando direcionamentos morais e ordenações legais, a fim de se reduzir e se disciplinar esse momento. Assim, os costumes das “horas vagas” significavam, facilmente, o tempo da desordem, sobretudo, os vivenciados pelas camadas mais pobres no espaço público.

Um importante exemplo é o “Regulamento de Providencias Policiais a respeito de escravos e taverneiros”, elaborado pelo Conselho Geral da Província de Minas Gerais em 1825 e publicado no jornal O Universal (O UNIVERSAL, 1825, n.13, p.1). Composto por oito artigos, o Regulamento visava estabelecer normas de funcionamento das tavernas e coibir a presença de escravos nas mesmas. Só era possível abrir tavernas com a licença da Câmara, que cobrava um valor determinado. Os comandantes deveriam informar aos capitães mores o número de estabelecimentos de seus respectivos distritos e se estavam competentemente licenciados. O artigo 7º regulamentava o funcionamento dos mesmos: “Em lugares remotos serão fechadas todas as tavernas ao anoitecer, e abertas ao amanhecer; nas Vilas e Cidades, depois da corrida do sino, como está em costumes” (*idem*).

Em relação à presença de escravos nas tavernas, tanto os mesmos quanto os taverneiros poderiam sofrer punições nas seguintes circunstâncias: o escravo que fosse achado em jogos, durante o dia ou à noite, seria preso e castigado com vinte e cinco açoites. Já o dono da taverna onde fosse encontrado o jogo de escravos seria multado nas três primeiras vezes e na quarta teria “cassada a licença para nunca mais vender naquelle districto”. Os donos também seriam multados caso fosse encontrado algum escravo “completamente embriagado” em seus estabelecimentos (*ibidem*).

A preocupação específica do Regulamento com os jogos e a embriaguez fornece margem para questionar a existência de outros tipos de regulamentação que não se direcionassem apenas aos escravos, já que essas prerrogativas não compunham apenas um conjunto de ordenamentos legais, mas os alicerces da construção moral de uma sociedade. Importante destacar que dois anos depois, o redator do jornal O Universal (1827, n.236) denunciou que as leis do Regulamento não estavam sendo executadas, acusando a embriaguez e a desordem causada nas ruas, o que poderia evidenciar as tensões estabelecidas entre as normativas e a vida cotidiana e certa resistência da população em manter seus hábitos.

Outros costumes do divertimento citadino, como o jogo de entrudo, também foram alvos de condenações naquele momento. Este festejo, realizado nos dias precedentes à Quaresma, foi duramente criticado pelo redator do jornal investigado:

Vão se aproximando os dias em que o povo desenfreado, iludido por um divertimento bárbaro e que tantas desordens tem causado, e há de causar ao público, se ajunta às chusmas pelos chafarizes a atirar água a quantos passão; e outros com artífices laranjas cheias de águas cheirosas, insultam a toda qualidade de pessoas nas ruas [...] (O UNIVERSAL, 1826, n.86, p.3)

Diante de tais reclamações, o redator do jornal solicitou ao Conselho Geral da Província soluções para remediar “hum mal tão pernicioso à sociedade” (*idem*), para o bem geral dos cidadãos. Considerava o entrudo um vício arraigado e ao reconhecer a dificuldade de “arrancá-lo” do povo, solicitava penas civis, “capaz de contê-lo na sua desenvoltura e fazê-lo seguir uma marcha regular pelo caminho direito” (*ibidem*). Segundo o requerente, “de nada valem os meios brandos e as carícias para extirpar costumes que há longos séculos estão em uso [...]” (O UNIVERSAL, 1826, n.86, p.4).

Logo após as solicitações do redator, publicou-se algumas determinações do Conselho Geral da Província acerca do “pernicioso abuso e inveterado costume de hum divertimento que se denomina ‘O Entrudo’, para o bem dos povos dessa província” (*idem*). Em uma delas, estabelecia-se a punição para aqueles que continuassem com o costume:

Art. 1º - Toda pessoa, de qualquer estado, sexo, ou condição que seja, que se encontrar pelas ruas a jogar o entrudo, será immediatamente recolhido à cadêa, onde ficará até que se findem os 3 dias de entrudo: isto se estende aos que forem maiores de 12 annos, porque os meninos até essa idade serão punidos com 10 chibatadas pela primeira vez, 15 pela segunda, e se forem pertinazes que ainda se encontrem terceira vez levarão 20, e serão recolhidos à cadêa pelo mesmo espaço de tempo (*ibidem*).

Sobre as crescentes inquietações que se gestavam em torno do espaço público, vale ressaltar a Lei de 1º de Outubro de 1828, que conferia nova forma às Câmaras Municipais. As posturas dos municípios passaram por processos de reformulação, tendo a seu cargo tudo o que dizia respeito à polícia e economia das povoações. De acordo com Araújo (2008, p.72) “a reorganização das ações que competem às câmaras e suas funções marcam decisivamente um momento sintomático de transformações do espaço público das cidades e de sua população”, onde “a preocupação com o controle das relações sociais no espaço urbano era claramente perceptível” (p.74).

 Em um dos artigos do jornal, que visava elucidar alguns pontos da Lei de 1º de Outubro, julgava-se que a nova lei havia aperfeiçoado o antigo regime das Câmaras Locais, de acordo com as “idéas das Nações cultas” (O UNIVERSAL, 1829, n.243, p.2). Para além do controle do comportamento no espaço público, uma das expectativas era não deixar “aumentar entre nós a vadiação, o roubo e todos os mais crimes da ociosidade” (*idem*, p.3).

AS CARAPUÇAS DO PADRE LOPES GAMA (1832-1842): O COMBATE AOS “VÍCIOS RIDÍCULOS” [[4]](#footnote-4)

Além disso, quem disse a essa gente que me censura (porque têm dodói) que eu tendo tanta abundância de carapuças, que até as vendo a quem queira, não me fique com as que melhor assentarem na minha cabeça? Até posso escolher as que mais bem me amarrarem; (...) O que eu não posso é levantar a proibição das novenas de noite, nem deixar de ir talhando as minhas carapuças. Se alguns e algumas não gostam delas, toda a gente sensata e que sabe prezar a moral pública as aplaude; isto me basta (LOPES GAMA, 1996, p.72 [1832]).

O referido padre (1996, p.191-198, [1837]) condenava o vadiismo como o vício dominante do Brasil oitoscentista. Tal palavra, adjetivo de vadio, substantivada, é o vício, a qualidade de ser vadio. Este era um mal que estava presente nas ruas das cidades e botequins, em jovens sem ofício, sem emprego, que se caracterizavam pelas suas maneiras quase selvagens e modo arrogante ao falar. Também se estendia à classe dos padres e frades que faziam de suas missas recolhimento de esmolas, desmerecendo os ensinamentos do Breviário; e até mesma em meninas/mulheres que viviam por se embonecar e que não se ocupavam em nada, “não sabendo coser, nem bordar nem remendar”. O que nas palavras do padre caracterizava uma “completa vadia.” (LOPES GAMA, pp.196-198, [1837]).

 Segundo o padre (1996, pp.199-200; 216, [1837]), o vadiismo era o maior flagelo do nosso país, porque era na ociosidade que a natureza oculta do homem exteriorizava os seus dons fazendo-se entregar a todos os vícios. Para Lopes Gama, se o governo cuidasse da boa educação pública da mocidade, incutindo neste o amor ao trabalho, o país tornar-se-ia “morigerado e próspero”. Para isso, defendia que boas leis policiais espancassem o vadiismo. Lopes Gama foi citado algumas vezes nas páginas do jornal *O Universal*. Em uma das edições, publicou-se sua preocupação com uma educação “conveniente” capaz de fornecer à pátria “cidadãos laboriosos e probos” (O UNIVERSAL, 1832, n.761, p.2).

Dos atos viciosos que descaracterizavam o cidadão laborioso e nacionalista, o padre condenou em uma de suas “carapuças” a mentira, como o vício mais vergonhoso e desnecessário que se podia ter, sendo “menos desculpável do que a bebedice, o furto e outros muitos vícios”. Para o padre, os jogadores compunham a classe que mais praticava a mentira (LOPES GAMA, 1996, p.125-127, [1833]).

O jogo, considerado como o último dos passatempos a ser escolhido, era condenado o homem que se envolvia com tais práticas de azar, dizendo-o ser “inútil para o Estado, para os seus semelhantes e para si próprio”, além de tomado por ambição indomável (LOPES GAMA, 1996, p.134-136, [1833]).

Na tentativa de instruir “os jovens para as novas atividades produtivas, fazendo-lhes afastar de influências nefastas que poderiam repercutir na vida pessoal” (Periotto, s.d., p.6), ainda na crônica sobre o jogo, Lopes Gama diz da perniciosidade do mesmo em meio aos jovens:

com poucas exceções, não tem hoje outro divertimento senão o jogo...Largam os seus estudos e correm aos muitos garinteiros, que infelizmente existem quase em todas as ruas, e ali desbaratam o precioso tempo e dinheiro, que não sei donde vem (LOPES GAMA, 1996, p.138, [1833]).

Além das condenações ao vadiismo e ao jogo, Lopes Gama também dissertou sobre outros costumes vivenciados nos momentos de não trabalho. Considerava a prática do bumba-meu-boi um brinco popular tolo, estúpido e destituído de graça, condenando os que participavam ativamente ou como mero espectador, ao falar do folguedo como imoral (1996, pp.330, 331; 338; [1840]).

Ideia semelhante também se refletiu na crônica que discorreu sobre as quadrilhas como práticas que incentivariam os sujeitos ao vício de ser vadio, além de consideradas profanas (1996, p.369, [1842]), e de onde se podia muito bem identificar o perfil do gamenho[[5]](#footnote-5) e do nosso gosto em macaquear o estrangeiro. Criticando o “quadro social herdado dos tempos coloniais obstado ao desenvolvimento, pelo fato de conferir-se aos europeus maiores benefícios” (PERIOTTO, s.d., p.2), seja pelo fator econômico, ou pelo nosso gosto em copiá-los, em seus usos e modas (LOPES GAMA, 1996, p.342, [1840]).

 Em diálogo presente na crônica que diz respeito ao folguedo quadrilha, entre *MR. PIRUETA, DONA MARIPOSA e TITIRE*, lemos o seguinte:

(...)

MR. PIRUETA

Exatamente vos exprimistes, *mademoiselle*. Certo nestes princípios é que eu dediquei-me aos importantes estudos da deusa Tália, e cheguei a formar-me na Escola Politécnica da Dança de Paris, tenho os mais honrosos atestados da Escola Normal de Grotescos e saltos mortais, e sou sócio correspondente das escolas de pinotes de Berlim, de Madri, de Londres, de São Petersburgo, de Amsterdã, da Filadélfia etc. etc.

TITIRE

Quanto invejo as vossas prendas e títulos, Mr. Pirueta!

(...)

TITIRE

E tem razão; porque tudo que vem da França é excelente, é o melhor possível.

MR. PIRUETA

Certamente que a França está à testa da civilização do mundo

(...)

DONA MARIPOSA

Então estou eu bem, que já tenho lido para mais de 6 mil novelas. Sim, sim, novelas e quadrilhas hão de felicitar a espécie humana (LOPES GAMA, 1996, pp. 372-376, [1842]).

Na crônica destinada aos festejos de São João afirmou que, após liquidarmos com a enfermidade de caráter mais endêmica em nossas terras, o vadiismo, é que faríamos com que tais festejos e brincos públicos tomassem caráter “assisado, prudente e agradável”. Para o padre, tais práticas ainda faziam barreira à instrução “destas e de outras usanças bárbaras, que recebemos de nossos avós”, que tinham resultados funestos como consequências (LOPES GAMA, p. 209-210; 216-217, [1837]).

 Vale ressaltar que no ideário do Padre Lopes Gama não era proibida a prática de tais costumes. Mesmo que considerados infelizes, como nos diz na crônica intitulada ‘As palestras da ponte da Boa Vista’ (p.173-182[1837]), condenando aos “recifenses que passavam por ali nas noites de verão” (p.173), pois por ser lugar público era profícuo para o multiplicar de práticas não aceitas que poderiam se tornar costumes por meio da proliferação de vícios em uma cidade que estava aos olhos de sua escrita. Mas mesmo assim, os recreios tinham algo de positivo, sobretudo ao pobre, como meio de esquecimento de sua realidade, em uma nítida perspectiva utilitarista atribuída “aos recreios”.

Bom é que o povo se divirta, pois é sinal de que os seus padecimentos não têm chegado ao extremo. Devem-se-lhe permitir, e até promover, todos os recreios, uma vez que estes não ofendam as leis, a religião, os bons costumes e a saúde. Ao rico não faltam meios de regozijar-se: deixe-se também ao pobre o esquecer-se, por algumas horas da sua pobreza (LOPES GAMA, 1996, p.216, [1837]).

A exemplo dos trechos supracitados, a moralização dos costumes vivenciados no tempo de não trabalho e a sua vinculação a um rol de atividades consideradas úteis e compensatórias são pontos chave nas formulações de Lopes Gama e de outros impressos brasileiros que circularam no mesmo período.

Percebe-se, assim, situação interessante. Em meio ao incentivo de novas condutas e orientações morais que se assemelhassem a uma ideia de civilidade europeia, havia certo sentimento de repulsa à cópia de determinadas características estrangeiras, o que pode demonstrar um reconhecimento de que nem tudo que vinha de fora era visto como melhor para o país e de que havia certa necessidade de se gestar uma nação com características próprias.

Acreditamos, assim, que outros processos formativos, para além das propostas consideradas institucionalizadas, como o trabalho e a escolarização, merecem destaque na tentativa de compreensão das formas de gestação da sociedade brasileira oitoscentista. Diz, também, do trato para com as manifestações da vida citadina e das ações voltadas para o balizamento das intervenções propostas nos discursos políticos e religiosos, que visavam demarcar o útil e o degenerativo para o homem. Isto posto, suas ações se dispunham a preocupações que diziam respeito ao tracejar do perfil de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

 Procuramos, neste trabalho, fazer um recorte de duas extensas pesquisas a que temos nos dedicado nos últimos semestres, no intuito de compreender um pouco de como as ditas “horas vagas” (ou o tempo considerado desocupado e improdutivo), bem como, práticas e costumes vivenciados nesse momento, entraram na pauta discursiva de impressos no período pós-independência, a partir dos encontros entre as experiências mineira e pernambucana. Isto posto, apresentamos uma possibilidade de estudos à história do lazer no Brasil oitoscentista.

NORMS OF PRESS IN MID-NINETEENTH CENTURY: DIALOGUES BETWEEN MINAS GERAIS AND PERNAMBUCO IN REGULATORY OF PRACTICES AND CUSTOMS OF “VACANCY TIMES”

*ABSTRACT*

*We aimed to present in this article considerations about the importance of periodical press as a regulator of the time in city life in the Brazilian imperial period, specially the customs practiced at times considered "non-productives", related to various forms of rest and fun. For this, we analyzed the Universal Periodic (published in Minas Gerais’ state) and chronics produced by “Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama” (published in Pernambuco’s state), compiled in the book “O Carapuceiro”. It could be observed, in both journals, a major concern with the regulation of the practice of games and popular festivities, as well as an urgency to reform customs that related to idleness and vagrancy, potential enemy of the work ideal.*

*KEYWORDS: Journals; Time; Work.*

LAS NORMATIVAS DE LA PRENSA PERIÓDICA EN EL SIGLO XIX: DIÁLOGOS ENTRE MINAS GERAIS Y PERNAMBUCO EM LA REGLAMENTACIÓN DE PRÁCTICAS Y COSTUMBRES DE LAS “HORAS VACANTES”

*RESUMEN*

*El objetivo fue presentar consideraciones acerca de la importancia de la prensa periódica como reguladora del tiempo en la vida de la ciudad en el periodo imperial brasileño, sobre todo las costumbres practicadas en tiempos considerados "no productivos", en relación con las diversas formas de relajación y diversión. Para ello, analizamos el periódico “O Universal” (publicada en el estado de Minas Gerais) y crónicas producidas por el “Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama”, compiladas en el libro “O Carapuceiro”. Se pudo observar, en los dos, que una de las principales preocupaciones fue con la regulación de la práctica de juegos y las fiestas populares, así como la urgencia de reformar las costumbres que se relacionan con la ociosidad y la vagancia, potenciales enemigos de los ideales del trabajo.*

*PALABRAS-CLAVE: Periódicos; Tiempo; Trabajo.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ARAÚJO, P. V. L. de. Folganças populares, festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; FAPEMIG; FCC, 2008.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FARIA FILHO; L. M.; SALES, Z. E. S. de. Escolarização da infância brasileira: A contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcellos. In: FARIA FILHO, L. M. de; INÁCIO, M. S.(orgs.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais*: O debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GAMA, L. *O carapuceiro*: crônicas de costume. Organização Evaldo Cabral de Mello. – São Paulo: Companhia das letras, 1996 – (Retratos do Brasil).

GOMES, N. S. S.  O Correio do Rio de Janeiro e a mensagem democrática. In: II CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013, Belo Horizonte, MG. ANAIS DO II CONINTER, 2013. v. 1. p. 1-14.

KOWARICK, L.. *Trabalho e vadiagem*: A origem do trabalho livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MIZUTA, C. M. M.. A educação no processo de organização e consolidação do Brasil: o pensamento de Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850). In: MIZUTA, C. Mi.M.; FILHO, L. M. de F.; PERIOTO; M. R. *Império em debate*: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

MIZUTA, C. M. M.; FILHO, L. M. de F.; PERIOTO; M. R. Apresentação. In: \_\_\_\_\_\_\_ (orgs.) *Império em debate*: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 1, 18 de Julho de 1825, p.2.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 1, 18 de julho de 1825, p.4.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 1, 18 de julho de 1825, p.3.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 1, 18 de julho de 1825, p.4.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 3, 22 de julho de 1825, p.4.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 13, 15 de agosto de 1825, p.1.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 86, 01 de fevereiro de 1826, p.3,4.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 236, 22 de janeiro de1827.

O UNIVERSAL, Ouro Preto. Nº 243, 30 de janeiro de 1829, p.2,3.

O UNIVERSAL, Ouro Preto, Nº 389, 11 de janeiro de 1830, p.1,2.

O UNIVERSAL, Ouro Preto, Nº 761, 13 de junho de 1832, p.2.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesquisa*, nº 104, p.144-161, 1998.

PERIOTTO, Marcília Rosa. O jornal “O Carapuceiro” (1832-1845): uma leitura na perspectiva da história da educação. Captado em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\_anteriores/anais16/sem05pdf/sm05ss16\_07.pdf. Acesso em: 29 de março de 2014.

RIBEIRO, E. A. *Costumbrismo, Hispanismo e Caráter Nacional em las mujeres españolas, portuguesas y americanas:* imagens, textos e política nos anos 1870. Tese [Doutorado em História]. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2009. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2009/ribeiro_ea_dr_assis.pdf>. Acesso em: 30 julho 2014.

ROSA, M. C. *Da pluralidade dos corpos*: educação, diversão e doença na comarca de Vila Rica. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto*: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

1. O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização. [↑](#footnote-ref-1)
2. Em parênteses, colocamos como se encontra a referência do livro publicado no ano de 1996. Em colchete, optamos em destacar o ano de publicação de cada crônica. Assim o faremos em todas as ocasiões seguintes. [↑](#footnote-ref-2)
3. “O costumbrismo consagrou-se por descrever tipos sociais – mulheres e homens – em seus hábitos, costumes, usos, trajes e tradições e por apoiar-se nas experiências específicas do ambiente retratado. Foi bastante utilizado na Espanha para apresentar cenas do cotidiano e do comum, mas também para questionar e revelar conflitos nacionais vivenciados por ela na segunda metade do século XIX” (RIBEIRO, 2009, p. 42). [↑](#footnote-ref-3)
4. LOPES GAMA, 1996, p. 246, [1838]. [↑](#footnote-ref-4)
5. Gamenho seria quem não tem outro ofício que não embonecar-se para namorar, o que corresponderia a ser tolo e vadio (LOPES GAMA, 1996, p.143-144 [1834]). [↑](#footnote-ref-5)